

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 7/2020-PGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2020.**

Dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Crise - COVID-19, bem como a instituição do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o pedido de reconhecimento de estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, formulado pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 93, publicada na edição extra do Diário Oficial da União do dia 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO o Decreto nº 14.195 de 18 de março de 2020, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que declara situação de emergência no município de Campo Grande e define medidas de prevenção e enfrentamento à doença COVID-19;

CONSIDERANDO a Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de plantão extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo coronavírus, COVID-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial;

CONSIDERANDO as Portarias CNMP-PRESI nº 48, de 19 de março de 2020, e PGR/MPU nº 76, de 19 de março de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República, respectivamente, que dispensaram o comparecimento presencial nas unidades do Ministério Público da União a partir de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.721, de 18 de março de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que estabelece horário excepcional de funcionamento do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul e determina a suspensão dos prazos processuais,

RESOLVE:

Art. 1º Diante da necessidade de adoção de medidas de prevenção e contenção do contágio pelo COVID-19, fica instituído o Gabinete de Gestão de Crise – COVID-19 no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Art. 2º O Gabinete de Gestão de Crise – COVID-19 será presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e secretariado pelo Secretário-Geral do MPMS e também composto pelos seguintes integrantes:

- I – Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico;
 - II – Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo;
 - III – Corregedor-Geral do MPMS;
 - IV – Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
 - V – Assessores Especiais do Procurador-Geral de Justiça;
 - VI – Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco);
 - VII – Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP);
 - VIII – Assessor Militar Coordenador do Setor de Segurança e Apoio Técnico Operacional.
- Parágrafo único. Poderão ser convidados como integrantes eventuais outros membros do Ministério Público.

Art. 3º Fica estabelecido o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), que consistirá nas providências urgentes, excepcionais e temporárias previstas nesta Resolução, no período de 20 de março a 20 de abril de 2020, podendo ser alterado por ato do Procurador-Geral de Justiça, como medidas de prevenção e contenção do contágio pelo COVID-19.

Art. 4º Ficam suspensos o atendimento e a prática de atos que envolvam a presença de público externo nas sedes do Ministério Público durante o período do RDAU, ressalvados os casos urgentes e de relevante interesse público, que serão atendidos nos dias úteis, no período das 12h às 18h, preferencialmente por meio eletrônico ou por telefone, sem prejuízo dos demais canais de comunicação disponíveis no sítio do MPMS (www.mpmp.mp.br).

§ 1º As unidades do Ministério Público deverão disponibilizar, na área externa das sedes, em local visível, o número de contato telefônico, o endereço eletrônico (*e-mail*), bem como o horário disponível de atendimento, pelos quais o cidadão terá acesso ao atendimento remoto.

§ 2º Os membros do MPMS deverão organizar a equipe dos servidores responsáveis pelo atendimento remoto, definindo seus integrantes, que atuarão em sistema de rodízio, informando à Procuradoria-Geral de Justiça, no *e-mail* rdau@mpms.mp.br, a relação nominal das pessoas, bem como os endereços eletrônicos e números telefônicos que serão disponibilizados à população, para divulgação no sítio eletrônico do MPMS.

§ 3º Fica mantido o atual sistema de plantão, nos respectivos horários já fixados, conforme disponibilizado no sítio eletrônico do MPMS.

Art. 5º Durante a vigência do RDAU, fica instituído o regime de teletrabalho obrigatório a todos os membros, servidores e estagiários do MPMS.

§ 1º O comparecimento do membro e do servidor às sedes do Ministério Público será realizado apenas quando necessário ao desempenho de suas atribuições.

§ 2º Mesmo diante da instituição do teletrabalho obrigatório, as regras de substituição automática dos membros do MPMS permanecem inalteradas.

§ 3º Os servidores e estagiários que não tiverem equipamentos particulares para acesso remoto aos sistemas do MPMS, ou que exerçam normalmente atividades incompatíveis com o teletrabalho, poderão realizar trabalhos específicos determinados pela chefia imediata.

§ 4º Os estagiários do MPMS poderão ser dispensados do teletrabalho, a critério da chefia imediata, durante a vigência do RDAU, regulamentado por esta Resolução.

§ 5º Deverão ser mantidos os serviços essenciais da área administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, dos seus respectivos grupos especiais, da Corregedoria-Geral do Ministério Público, em regime de rodízio, mediante comparecimento pessoal dos servidores na sede da Instituição, lotados nos respectivos setores competentes, no período das 12h às 18 horas.

§ 6º O teletrabalho, fixado nos termos desta Resolução, bem como dos atos praticados em substituição automática, não ensejarão a percepção de gratificação, compensação futura, banco de horas, ou qualquer outra vantagem pessoal.

§ 7º Ficam suspensas, durante a vigência do RDAU, as visitas em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atribuição, estabelecimentos penais, unidades de semiliberdade e de internação, os serviços de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar, instituições que prestem serviços de longa permanência a idosos, e unidades executoras dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto sob sua responsabilidade.

Art. 6º Durante o RDAU, ficarão suspensos os prazos das notícias de fato, dos procedimentos administrativos, dos procedimentos investigatórios cíveis e criminais no âmbito do MPMS, salvo quando houver interesse público urgente ou para resguardar perecimento de direito que não possa aguardar o período de duração do regime.

§ 1º O disposto no *caput* não implica na paralisação do andamento dos processos judiciais, salvo se houver determinação posterior do Poder Judiciário, mantido o teletrabalho para membros, servidores e estagiários na forma do art. 1º da presente Resolução.

§ 2º A suspensão dos prazos não se aplica aos procedimentos administrativos relacionados às atribuições da Secretaria-Geral, com tramitação na Secretaria de Administração, Coordenadoria de Licitações, Departamento de Engenharia, Secretaria de Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 7º A modalidade de serviço por meio do teletrabalho, nos termos da presente Resolução, será considerada, para todos os efeitos legais, como efetivo exercício da função.

Art. 8º Ficam revogadas a Resolução nº 6/2020-PGJ, de 13 de março de 2020, e a Portaria nº 1011/2020-PGJ, de 17 de março de 2020.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de março de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1029/2020-PGJ, DE 18.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26.2 a 23.8.2020, em prorrogação, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150 ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1041/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola o 2º período de férias, que seriam usufruídas de 4 a 13.5.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1042/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 169/2020-PGJ, de 20.1.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 2 a 8.5.2019 e 10 a 17.7.2019, que seriam usufruídos no período de 23 a 27.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1043/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 661/2020-PGJ, de 18.2.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídas no período de 30.3 a 8.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1044/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 22 a 29.10.2018 e 19 a 26.8.2019, a serem usufruídos nos dias 24, 28, 29 e 30.9, 1º e 2.10.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1045/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a ser usufruído no dia 25.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1046/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 7.4, 18 e 19.5.2019, a serem usufruídos nos dias 22, 23 e 24.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1047/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 752/2020-PGJ, de 27.2.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 8.7 e 25.11.2018, 2 e 3.2 e 23.3.2019, que seriam usufruídos no período de 23 a 27.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1048/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito as seguintes portarias:

- Portaria nº 838/2020-PGJ, de 4.3.2020, que designou o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito, no período de 23 a 27.3.2020;
- Portaria nº 956/2020-PGJ, de 12.3.2020, que designou o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito, no período de 23 a 27.3.2020;
- Portaria nº 957/2020-PGJ, de 12.3.2020, que designou a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para atuar perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito, no período de 23 a 27.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1049/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 839/2020-PGJ, de 4.3.2020, que designou a Promotora de Justiça Lia Paim Lima para atuar perante a 30ª Zona Eleitoral, no período de 23 a 27.3.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial do titular, Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1050/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 31.3.2020, as férias do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1051/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 526/2020-PGJ, de 7.2.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 13 a 20.5.2019, que seria usufruído no dia 27.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1052/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 711/2020-PGJ, de 19.2.2020, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 54ª Zona Eleitoral, de forma que, onde consta: “no dia 27.3.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 30.3 a 8.4.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja”; passe a constar: “no dia 30.3.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1053/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 20.3.2020, as férias da Promotora de Justiça Simone Almada Goes, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1054/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 20.3.2020, a Portaria nº 679/2020-PGJ, de 18.2.2020, na parte que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 16ª Zona Eleitoral.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1055/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4589/2019-PGJ, de 9.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, que seriam usufruídos no período de 6 a 8.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1056/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 13 a 22.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1067/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan para, sem prejuízo de suas funções, compor o Comitê Municipal de Enfrentamento e Prevenção ao COVID-19 e participar da reunião que será realizada, em regime de urgência, no dia 20.3.2020, às 15h, no gabinete do Prefeito Municipal de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1039/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 8.455/2020, de 17.3.2020, da Prefeitura de Ponta Porã, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 20.3.2020, em razão de medidas de prevenção e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública referentes ao novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 219.010.082.0023/2020, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Ponta Porã no dia 20.3.2020,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 20.3.2020, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Ponta Porã, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1040/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 144/2020, de 9.3.2020, da Prefeitura de Coxim, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 20.3.2020, em razão das comemorações do Dia de São José, Padroeiro da cidade de Coxim (19.3.2020);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0003/2020, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Coxim no dia 20.3.2020,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 20.3.2020, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Coxim, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1058/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar os servidores Emerval Carmona Gomes, Analista/Direito, na qualidade de presidente, e Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil, José Luiz Alvarenga de Oliveira, Analista/Direito, Anderson Teodoro, Analista/Engenharia Ambiental, Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil, Maria Luiza de Lima Ribeiro Marques, Assessora Técnico-Pericial, e Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Especial de Licitação destinada a processar e julgar a licitação que visa a seleção de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para realizarem a coleta de resíduos sólidos não perigosos produzidos pelo Ministério Público Estadual, até ulterior deliberação (Processo nº PGJ/10/3734/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1059/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar as seguintes servidoras ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestarem serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Ana Gabriela Kiyomura Merlin	Analista/Contabilidade	20.3.2020
DESIGNAÇÃO: CENTRO DE PESQUISA, ANÁLISE, DIFUSÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Fernanda Tabarin Vieira Okamoto	Técnico II/Administrativa	20.3.2020
DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Eliani Soares Rodrigues	Técnico I/Administrativa	1º.5.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1060/2020-PGJ, DE 19.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, a partir de 20.3.2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0044/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Lia Paim Lima, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00001756-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0045/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, que oficia perante a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00001901-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0046/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00001458-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0047/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00001856-4, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0048/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00000892-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0049/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Terenos-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00001683-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0050/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça William Marra Silva Júnior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00001512-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0051/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00001183-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0053/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002154-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0054/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso, que oficia perante a 1ª

Promotoria de Justiça da comarca de Coxim-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2020.00000204-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0055/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00002170-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0056/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000288-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0057/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000287-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1027/2020-PGJ, DE 18.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 28.2.2020, as férias do servidor Flavio Lopes, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 24.11.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1030/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, em razão de licença para tratamento de saúde, a partir de 27.9.2019, as férias do servidor Luciano Paulo Portella, concedidas por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 10 a 15.3.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1033/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21.2.2020, as férias do servidor Rafael Assef Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas nos dias 15 e 16.6.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1023/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Governança de TI, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 9 (nove) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20 a 28.2.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1024/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Waleska Pinto Luiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10.3 a 8.5.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1025/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 23.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1026/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Renato Adimilson Cavaleiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 12.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1034/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13.3 a 1º.4.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1035/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Vanessa Yasmin Taira Agnelli, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 2.3.2020, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1036/2020-PGJ, DE 18.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Eliane Angelina Simões Moreira Sô e Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 28.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1038/2020-PGJ, DE 19.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5.3 a 3.4.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1057/2020-PGJ, DE 19.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Juliana de Oliveira Ayala, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 2.3.2020, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 17/2020/SCSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, informa que a reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público agendada para o dia 24 de março do corrente ano (terça-feira), foi suspensa, em razão das medidas temporárias e excepcionais no âmbito do Ministério Público Estadual de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19).

Campo Grande, 18 de março de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA-GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2020-SEG/MPMS, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Estabelece procedimentos relativos a prestação de serviços no âmbito do Ministério Público Estadual durante a pandemia do COVID-19.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO o pedido de reconhecimento de estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do COVID-19, formulado pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 93, publicada na edição extra do Diário Oficial da União do dia 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a prestação de serviços terceirizados e de outros serviços no âmbito do Ministério Público Estadual durante a pandemia do COVID-19.

CONSIDERANDO a Resolução nº 7/2020-PGJ, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Crise - COVID-19, bem como a instituição do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLVE:

Art. 1º O horário de trabalho dos funcionários terceirizados no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, de 20 de março de 2020 à 20 de abril de 2020, será das 12h às 18h, em escala reduzida e sistema de rodízio, a ser elaborada pelo Departamento de Serviços Gerais.

Parágrafo primeiro: Os auxiliares de limpeza, copeiras, garçons, operadores de fotocopiadora, deverão permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial.

Parágrafo segundo: os recepcionistas trabalharão em escala reduzida e sistema de rodízio, a ser elaborada pelo Departamento de Serviços Gerais, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde.

Parágrafo terceiro: os ajudantes de armazém trabalharão em escala reduzida e sistema de rodízio, a ser elaborada Chefia Imediata, mediante ciência do Departamento de Serviços Gerais, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde.

Parágrafo quarto: os encarregados relacionados ao serviço de asseio e conservação trabalharão em horário reduzido nos termos do *caput*, todavia não entrarão na escala de rodízio; ademais, poderão ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde.

Parágrafo quinto: os encarregados, oficiais de manutenção, eletricitas e apontadores, relacionados ao serviço de manutenção predial, trabalharão em escala reduzida e sistema de rodízio, a critério do Chefe do Setor de Manutenção e Suporte do Departamento de Engenharia, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial.

Parágrafo sexto: Os encarregados, oficiais de manutenção, eletricitistas e apontadores poderão ser requisitados, a qualquer tempo, para a realização de demandas urgentes no âmbito do MPMS, inclusive para o deslocamento ao interior do Estado de MS, se necessário.

Art. 2º. Nos prédios sede das Promotorias de Justiça da Capital apenas os auxiliares de limpeza exercerão suas atividades, de 20 de março de 2020 à 20 de abril de 2020, das 12h às 18h, em escala reduzida e sistema de rodízio, a ser elaborada pelo Chefe do Setor de Expediente da Capital, mediante ciência do Departamento de Serviços Gerais, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial.

Art. 3º. Nos prédios sede das Promotorias de Justiça do Interior do Estado de Mato Grosso do Sul apenas os auxiliares de limpeza exercerão suas atividades, de 20 de março de 2020 à 20 de abril de 2020, das 12h às 18h, em escala reduzida, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial.

Parágrafo único: o serviço de limpeza predial deverá ser executado, no mínimo, duas vezes por semana.

Art.4º. Não se aplica o disposto no *caput* do art. 1º, arts. 2º e 3º, para os funcionários terceirizados de conservação e asseio na função de porteiro.

Art. 5º. Os digitadores poderão trabalhar em sistema de rodízio a ser definido pela Chefia Imediata, mediante ciência do Departamento de Serviços Gerais, obedecendo o horário estipulado no *caput* do art. 1º, podendo ainda serem dispensados de suas atividades presencias; contudo, deverão permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial.

Art.6º. O serviço de moto-entrega (motoboys) na Capital e Dourados, de 20 de março de 2020 à 20 de abril de 2020, será das 12h às 18h, em escala reduzida e sistema de rodízio, a ser elaborada pelo Departamento de Serviços Gerais, podendo ser requisitados no período restante da sua carga horária semanal de trabalho, em caso de necessidade do Órgão Ministerial, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde.

Art. 7º. Ficam dispensados do comparecimento presencial e do trabalho remoto os menores aprendizes, devendo permanecer, preferencialmente, em suas residências no período que não estiverem trabalhando junto ao MPMS, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde.

Art. 8º. Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas informando acerca do horário de trabalho dos funcionários terceirizados, implementado por meio desta ordem de serviço;

Parágrafo único: Na notificação deverá constar também que as empresas contratadas adotem todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sistemas respiratórios, estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

Art.9º. Os prestadores de serviço contratados para executar serviços de jardinagem, limpeza de calhas e caixa d'água nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado, deverão ser acionados pelas Promotorias de Justiça apenas quando estritamente necessário para a manutenção e conservação do prédio.

Parágrafo único – As notas fiscais decorrentes dos respectivos serviços deverão ser encaminhadas impreterivelmente no prazo de 02 (dois) úteis a partir da realização dos serviços.

Art.10. Em atenção à Política de Segurança Institucional, e considerando a função precípua de manutenção da segurança e integridade das sedes do MPMS, bem como dos integrantes e colaboradores deste *Parquet* quando da realização de atividades e atendimentos presenciais, os policiais militares que compõe o Corpo Voluntário de Militares da Reserva Remunerada da Polícia Militar (CVMRR) deverão cumprir sua jornada de trabalho regular.

Art. 11. O ponto biométrico dos funcionários terceirizados está suspenso de 19/03/2020 a 20/04/2020, devendo no final de cada mês a chefia imediata encaminhar via e-mail ao Departamento de Serviços Gerais (s_gerais@mpms.mp.br) certidão atestando que os serviços foram realizados.

Art. 12. A redução da carga horária não implicará na redução salarial e nem mesmo no corte de qualquer benefício que os terceirizados percebam.

Art. 13. As chefias imediatas ficam autorizadas a dispensar, imediatamente e sem prévia comunicação ao Departamento de Serviços Gerais, quaisquer terceirizados que venham apresentar sintomas do COVID 19, devendo, posteriormente, efetuar a referida comunicação.

Art. 14. As medidas previstas nesta Ordem de Serviço serão revistas sempre que necessário, caso haja regressão ou evolução da situação atual.

Art. 15. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E SIGNORELLI

Processo nº PGJ/10/0955/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL SIGNORELLI LTDA**, entidade mantenedora da **Faculdade Internacional Signorelli**, representado neste ato por seu sócio, **Hércules Pereira**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003;

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu ou stricto sensu*), oferecidos pelo Instituto de Gestão Educacional Signorelli Ltda, bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pelo Instituto de Gestão Educacional Signorelli Ltda nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 06.03.2020 a 06.03.2022.

Data da assinatura: 06 de março de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/2705/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MICHAEL EDUARDO PIETROCHINSKI**, representada por **Michael Eduardo Pietrochinski**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Corrigir, por erro material de digitação, a data de assinatura constante na Ata de Registro de Preços nº 44/PGJ/2019, para que onde constou: Campo Grande/MS, 26 de novembro de 2019; passse a constar: Campo Grande/MS, **26 de dezembro de 2019**.

Vigência: 21.02.2020 a 08.01.2021.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/1774/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA**, representado por **Paulo Henrique Tareszkiewicz**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 33/TCE-RO/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 52/2018/TCE-RO, Processo Administrativo nº 001303/2018, oriunda do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso III; e artigo 65, inciso I, alínea “a”, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Contrato nº 40/PGJ/2019, referente ao fornecimento e instalação de sistema integrado de controle de acesso através de catraca inteligente e registros de entrada e saída de servidores, prestadores de serviço terceirizado e visitantes nas dependências do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por mais 120 (cento e vinte) dias; e **alteração dos locais** para a entrega e instalação do objeto contratado.

Vigência: 08.03.2020 a 05.07.2020.

Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0008/2020/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001285-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda.

Assunto: apurar eventual irregularidade na manutenção das bombas de combustíveis da rede de postos Taurus.

Campo Grande/MS, 18 de março de 2020.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 001/1ªPJ/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001234-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maury Rodrigues da Costa – ME.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução do Contrato Administrativo nº 053/2019, celebrado entre o Município de Aparecida do Taboado e a empresa Maury Rodrigues da Costa – ME.

Aparecida do Taboado/MS, 19 de março de 2020.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0014/2020/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001238-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Prefeitura Municipal de Bela Vista MS, Secretaria Municipal de Saúde de Bela Vista

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Bela Vista para prevenção, controle e contenção de riscos de dano e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019-nCov); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.

Bela Vista/MS, 18/03/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

CAARAPÓ

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2020/01PJ/CRP

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000084-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Caarapó

Objeto: Apurar eventual irregularidade na contratação direta das empresas Lemes Editora e Indústria Gráfica, Caaraponews, Rádio FM D. A Ltda e E. de F. B. Moreira Lemes, bem como apurar eventual promoção pessoal dos vereadores da Câmara Municipal de Caarapó, nas agendas telefônicas distribuídas neste município.

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2020/01PJ/CRP

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Caarapó/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ n.º 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil n.º 06.2020.00000084-1, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que tal obrigação decorre de forma cristalina dos princípios extraídos da Constituição Federal e que, uma vez constatada ofensa, deve a situação ser corrigida espontaneamente pelo agente político;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal deve obedecer ao princípio constitucional da publicidade, esta publicidade se refere aos atos oficiais e atos de gestão emanados do Poder Legislativo (TCE-MS. Processo: 1696/2011. Rel. José Ricardo Pereira Cabral. Data da Publicação: 12/02/2011);

CONSIDERANDO que atos oficiais e de gestão “(...) compreendem a publicação de: a) propostas de resoluções e decretos legislativos e de projetos de lei, de iniciativa do Poder Legislativo, que tramitem para cumprir o processo legislativo; b) leis promulgadas pela Mesa Diretora; c) resoluções e decretos legislativos aprovados; d) vetos a projetos de lei que devam ser conhecidos e sobre eles deliberados; e) regimento interno e suas alterações; f) pautas de reuniões ou sessões; g) avisos ou convocações em geral, inclusive para audiências públicas; h) balancetes, balanços e outras prestações oficiais de contas; i) editais de licitação; j) ajustes, contratos ou convênios celebrados; k) atos de pessoal relativos aos Vereadores e aos servidores do Poder Legislativo; l) outros atos que, por força de lei, devam ser publicados para atender ao princípio constitucional da publicidade”. (TCE-MS. Processo: 1696/2011. Rel. José Ricardo Pereira Cabral. Data da Publicação: 12/02/2011);

CONSIDERANDO que *“a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”* (artigo 37, §1º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que *“a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da*

administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, ainda que não custeada diretamente pelo erário, terá caráter educativo, informativo ou de orientação social, nela não podendo constar nomes, símbolos, imagens, logotipos, divisas, motes, slogans ou cores que caracterizem a promoção pessoal de autoridades, dos servidores públicos, de agentes políticos ou de partidos políticos” (artigo 27, §1º, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul);

CONSIDERANDO que a inobservância deste preceito constitucional e o desrespeito aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade (protegidos na norma em foco) caracterizam a promoção pessoal do agente político, configurando, consequentemente, ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO o entendimento sedimentado do C. Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual "caracteriza ato ímprobo a promoção pessoal vinculada à publicidade de atos governamentais. (...) No caso, a partir da delimitação fática feita no acórdão prolatado pelo tribunal de origem é possível extrair que o ora Agravante, enquanto Prefeito Municipal, foi responsável pela veiculação de propaganda buscando a realização de promoção pessoal, o que configura improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei n. 8.429/92" (STJ. AgInt no REsp 1738246/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 20/05/2019 – Destaque nosso);

CONSIDERANDO que no mesmo sentido o E. TJSP e E. TJGO já decidiram:

“Improbidade administrativa. Publicação didática. Fotografia do Prefeito desprovida de qualquer vínculo com os propósitos da publicação e de valor pedagógico. Promoção pessoal caracterizada. Violação dos princípios da administração pública. Art. 11 da Lei nº 8.249/92. Multa civil arbitrada com moderação. Sentença de procedência mantida neste ponto. (...) (TJSP; Apelação Cível 0016094-40.2013.8.26.0625; Relator (a): Luis Fernando Camargo de Barros Vidal; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Foro de Taubaté - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 10/04/2017; Data de Registro: 19/04/2017)”. (Destaque nosso)

“APELAÇÃO CÍVEL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. PROMOÇÃO PESSOAL. READEQUAÇÃO DAS SANÇÕES LEGAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - A Constituição Federal dispõe que a publicidade dos atos de gestão pública deve ser exclusivamente de ordem educativa, informativa ou de orientação social, eis que vedada a publicação de informativos que visem a promoção pessoal do gestor. II - Na presente hipótese, os elementos fáticos deduzidos do conteúdo da publicidade analisada são, sim, fundamentos hábeis à condenação pela prática de improbidade administrativa, consubstanciada na fundamentação de ato que implica em enriquecimento ilícito e enseja dano ao erário (LIA 9º e 10). III - A apuração da improbidade administrativa prevista no artigo 9º depende de dolo genérico e dispensa a ocorrência de enriquecimento ilícito ou de dano ao Erário; e, de culpa, nas situações previstas no artigo 10. IV - Tendo em vista que o agente público utilizou-se de publicidade, realizada às expensas da Administração Pública, como forma de promoção pessoal (enaltecimento e autopromoção), resta configurada a prática dos atos de improbidade administrativa. A sentenciante ressaltou, de forma correta, o ato anímico motivador da conduta do agente político: as informações vinculavam a pretensão direta de autoelogios ao chefe do executivo e de sua gestão, promovendo assim sua imagem (fotos), e de seus familiares, em publicidades pagas com recursos públicos. V - As penalidades, quando aplicadas em desconformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, devem ser amenizadas, o que pode ser feito inclusive de ofício pelo órgão revisor. Assim, ponderando sobre a gravidade do ato, à extensão do dano causado e à reprimenda do ato ímprobo cometido pelo apelante, mostra-se pertinente excluir a condenação na multa civil, então fixada em 100 vezes o salário do Prefeito à época (8/2002), haja vista a manifesta exorbitância e por corresponder a tipificação não atribuída ao requerido. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJGO, APELACAO 0287191-61.2003.8.09.0069, Rel. LUIZ EDUARDO DE SOUSA, 1ª Câmara Cível, julgado em 03/10/2019, DJe de 03/10/2019)”. (Destaque nosso)

CONSIDERANDO que a promoção pessoal de agentes públicos, por intermédio de publicidade atrelada a órgãos públicos, atrai as sanções previstas no art. 37, § 4º, da Constituição Federal e na Lei nº 8.429/92, visando assegurar o respeito ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que se constatou por meio do Inquérito Civil n.º 06.2020.00000084-1, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, na análise da execução contratual com a empresa Lemes Editora e Indústria Gráfica Ltda-ME, o pagamento para confecção de agenda telefônica pela Câmara Municipal de Caarapó no ano de 2018, no valor de R\$ 2.925,00 (dois mil, novecentos e vinte e cinco reais);

CONSIDERANDO que na agenda telefônica do ano de 2018 consta, além da publicação da Câmara Municipal de Caarapó, também as fotografias, nomes e cargos dos vereadores, sendo que as publicações com as imagens e nomes dos vereadores não contêm qualquer liame com atos oficiais e atos de gestão;

CONSIDERANDO que as divulgações de nomes e imagens dos vereadores na agenda telefônica, por não se revestirem de caráter educativo, informativo, orientativo e social, mas sim, em preponderar o interesse à promoção pessoal, não se constituem em publicidade, mas sim em propaganda, o que é vedado pela Constituição Estadual e Constituição Federal;

RECOMENDAR a todos os Vereadores da Câmara Municipal de Caarapó, inclusive à Presidente, que:

1. Se abstenham de divulgar por meio da Agenda Telefônica do Município de Caarapó seus nomes e suas imagens, ou qualquer outra forma que caracterize promoção pessoal dos agentes políticos, haja vista que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

2. Se abstenham de promover publicidade em qualquer outro meio de veiculação/comunicação para promoção pessoal dos agentes políticos, especialmente em jornais ou outro meio impresso, jornais eletrônicos, informativos, sites, rádios, televisão, revistas, panfletos, placas, etc;

3. Cumpram a norma constitucional prevista no artigo 37, §1º, da Constituição Federal, no sentido de que “*a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*”

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Outrossim, cabe à Câmara Municipal de Caarapó/MS, através de sua presidente, dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site oficial da Câmara Municipal de Caarapó (<https://camaracaarapo.com.br>).

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público e também ao Prefeito Municipal de Caarapó, para conhecimento.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Caarapó, 17 de março de 2020.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

COXIM

EDITAL N° 0019/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001237-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001237-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Alcinoópolis e Coxim para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do Novo Coronavírus (2019-nCoV), bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pela Portaria GM nº 188, 03/02/2020.

Coxim/MS, 18 de março de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0010/2020/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2020.00001241-5, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001241-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Eder Uilson França Lima – Prefeito de Ivinhema, Secretária de Educação de Ivinhema, Secretária Municipal de Saúde, Irineu Martins – Presidente Lar São Francisco de Assis; Marcia Santana Gouveia Trevisan;

Objeto: Acompanhar o cumprimento da Recomendação n.º 03/2020, no intuito de verificar a adoção das políticas públicas do município de Ivinhema de evitar o avanço do Coronavírus (COVID-19):

Ivinhema/MS, 19 de março de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 0003/2020/02PJ/IVH

Autos Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001241-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 201, §5º, alínea “c”, da Lei Federal n. 8.069/1990; na Resolução n.º 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e na Resolução n.º 005/2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que se instaurou o presente procedimento de acompanhamento a fim de apurar as políticas públicas de prevenção, contenção e tratamento adotadas neste município com relação ao denominado COVID 19;

CONSIDERANDO que a situação, lamentavelmente, está se agravando, com o aumento exponencial de infectados no Brasil e no mundo, pois no dia de hoje, 17/03/2020, segundo o site de estatísticas Worldometers, havia 187.375 mil casos confirmados de pessoas infectadas, havendo, até o momento, um total de 7.510 mil mortes¹;

CONSIDERANDO que, não à toa, na última quarta-feira (11/03/20), a Organização Mundial da Saúde classificou o Coronavírus como uma “pandemia”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada. De acordo com Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS *“Nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou. Temos mais de 118 mil infecções em 114 nações, sendo que 4 291 pessoas morreram”*^{2e3};

CONSIDERANDO que, no Brasil, foram anunciadas hoje as duas primeiras mortes em decorrência da doença, havendo atualmente 394 casos confirmados⁴. Tal incremento na quantidade de casos vem preocupado os especialistas e a população em geral, uma vez que, além do elevado número absoluto de casos fora do hemisfério norte, o Brasil tem apresentado um crescimento vertiginoso no número de pessoas infectadas, fazendo pressupor que a situação está prestes a fugir ao controle das autoridades;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, o Ministério da Saúde e as autoridades públicas estaduais já afirmaram o início da transmissão comunitária, o que significa que não será mais possível detectar de quem o vírus foi contraído, tornando ainda mais difícil o controle da transmissão da COVID-19. E, pelos dados oficiais divulgados, este momento parece cada vez mais próximo, havendo mais de 2.064 casos suspeitos em todo o país, número esse que pode ser subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada.

¹ <https://www.worldometers.info/coronavirus>, atualizado até as 11h do dia 17.03.2020.

² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/13/casos-confirmados-de-novo-coronavirusno-brasil-em-13-de-marco.ghtml>

³ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/11/proliferao-de-coronavirus-leva-oms-adeclarar-pandemia.html>

⁴ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/18/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-18-de-marco.ghtml>

CONSIDERANDO que, nesse cenário, a situação do Estado de Mato Grosso do Sul é preocupante, pois de acordo com informações divulgadas pela mídia, às 8h da terça-feira, 17/03/2020, o número de casos confirmados de Coronavírus subiu para 4 em Campo Grande, havendo um incremento de 50% em relação ao balanço anterior, divulgado na manhã de segunda-feira (16/03/2020). Com relação aos casos suspeitos, os mesmos totalizam 88 casos. A preocupação é com relação à divisa do nosso Estado com o Estado de São Paulo, onde a situação é muito preocupante.

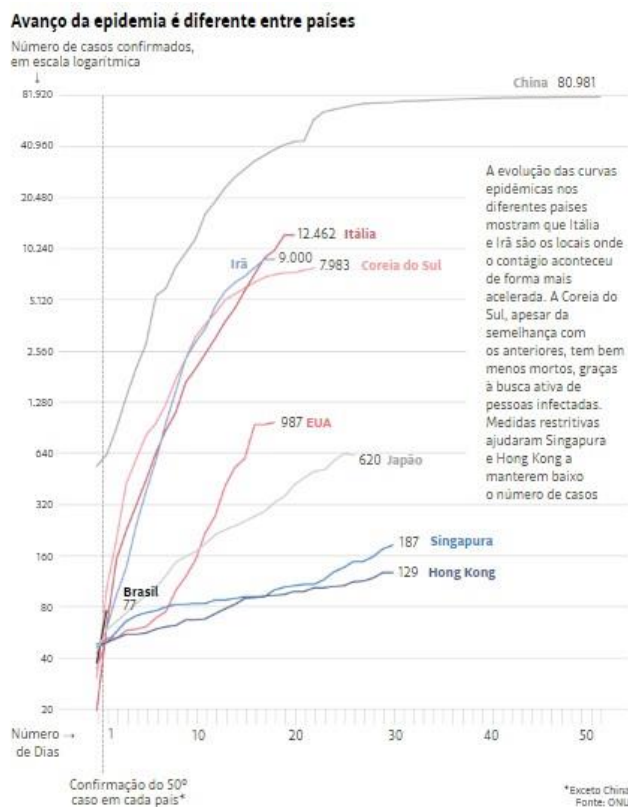
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.393, de 17 de março de 2020, que suspendeu as aulas na rede pública estadual de ensino no período de 23/03 a 06/04/2020, orientando as redes públicas municipais e as instituições privadas a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO que a saúde pública e a sua garantia são de responsabilidade do Estado, que deve adotar políticas públicas claras e definidas a fim de garantir o bem-estar de todos, prevenindo doenças e garantindo o atendimento integral, de forma ininterrupta, tal como preceituam os artigos 196 e 197 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o decreto de uma pandemia pela OMS, de modo que o gestor não pode se furtar de tomar as medidas de Estado cabíveis para prevenir o risco de contágio, delegando-as somente à boa vontade e discernimento dos particulares, que aparentemente não têm todas as informações adequadas para tomada dessa decisão;

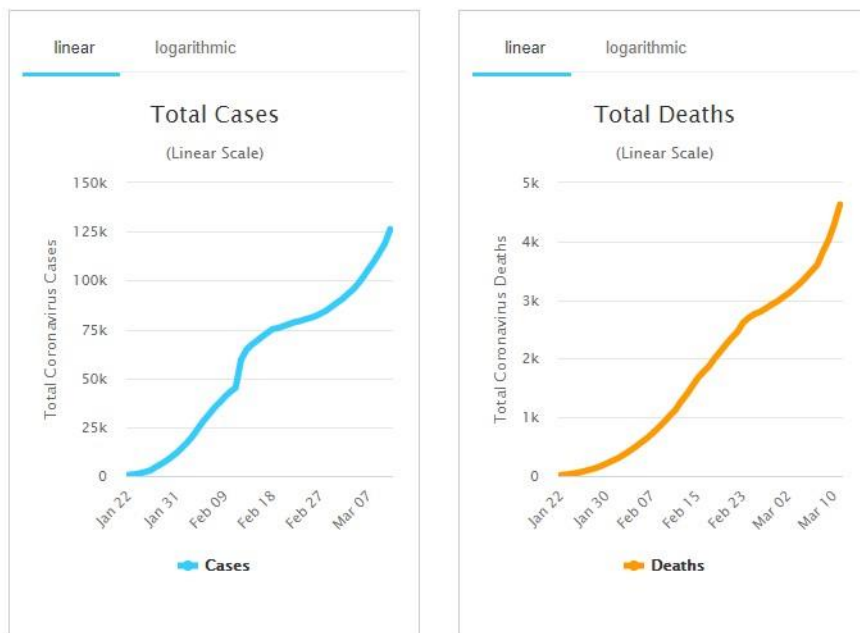
CONSIDERANDO as nefastas consequências de os gestores se omitirem na tomada de medidas oficiais contra aglomerações, bem como de medidas de prevenção/informação em geral, com a contaminação de grande parte da população de maneira simultânea, impedindo o Sistema Único de Saúde de dar respostas adequadas ao Coronavírus e às demais doenças que necessitam de atendimento e leitos hospitalares.

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde, conforme comprova o gráfico abaixo: Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong, adotando medidas restritivas na aglomeração de pessoas, mantiveram baixo o número de casos;



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/singapura-e-coreiado-sul-tem-mais-sucesso-em-deter-coronavirus.shtml>

CONSIDERANDO que a relevância na adoção de medidas preventivas antes que o vírus se alastre é demonstrada de forma incontestável por gráficos (como aquele a seguir acostado), que revelam que o contágio se expande em progressão geométrica, como aliás confirma o incremento de pessoas contaminadas no Estado de Mato Grosso do Sul, que aumentou 50% de um dia para o outro (16/03/29 – 17/03/20);



Fonte: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

CONSIDERANDO que a justificativa técnica e a decisão fundamentada no interesse público se fazem ainda mais necessárias quando é notório e sabido o *déficit* de médicos no SUS e que o número de leitos – geral e os de UTI – no Estado de Mato Grosso do Sul (cerca de 26 leitos em Campo Grande e constante ausência de vagas no interior do Estado) são insuficientes para o dia a dia da população, de modo que não suportariam a demanda de um contágio explosivo da COVID-19, mesmo considerando eventual incremento com aporte de custeio pelo Governo Federal.; e

RECOMENDA:

I. ao PREFEITO MUNICIPAL, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IVINHEMA/MS, bem como ao DIRETOR DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO NOVA GERAÇÃO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as seguintes providências:

01. Aos agentes públicos, cumprir integralmente as orientações determinadas pela Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde, com o encaminhamento a esta Promotoria de Justiça das medidas implementadas para impedir aglomerações de pessoas no município de Ivinhema;

02. Igualmente, Informar sobre as providências adotadas para a realização de campanha oficial, por todos os meios de comunicação adequados, informando a população quanto (a) à necessidade de evitar aglomerações para impedir o contágio individual e as consequências de uma contaminação simultânea e em larga escala da população, o que resultaria em caos para o sistema de saúde (SUS, convênios e privados), que não teria capacidade de dar respostas às demandas de saúde, em geral e do Coronavírus (ex: número insuficiente de leitos, medicamentos e insumos); (b) aos sintomas e níveis de gravidade da doença, bem como sobre as situações em que deve ser buscado o sistema de saúde, evitando o contágio no próprio equipamento de saúde e a procura desnecessária dos prontos socorros;

03. Aos recomendados responsáveis pela área educacional, suspender as aulas da Rede Pública e Privada de ensino, pelo período de 15 (quinze) dias (ou 23/03 a 06/04/2020, conforme Decreto Estadual n. 15393, de 17/03/2020), podendo ser estendido, por questão de saúde pública;

04. Informar sobre as medidas emergenciais adotadas, com o encaminhamento de protocolos e fluxos de atendimento no tocante à prevenção e contenção da epidemia nos aparelhos públicos assistenciais, notadamente: Acolhimento de longa permanência aos idosos e Centros de Convivência e Creches para idosos e Acolhimentos de crianças e adolescentes.

05. Informar sobre as medidas adotadas para a estruturação do Sistema Único de Saúde, tais como contratação de médicos, leitos de UTI, equipamentos de respiração, compra de medicamentos, insumos e testes para comprovação do Coronavírus, sem prejuízo de outras, atentando-se, todavia, aos princípios da legalidade, da moralidade administrativas e das disposições constantes na Lei de Licitações.

II. ao PRESIDENTE DO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS⁵, Sr. Irineu Martins, a adoção das seguintes providências:

01. Proceder ao indispensável cumprimento de toda e qualquer política estipulada pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, do Município de Ivinhema e da Vigilância Sanitária Estadual, bem como no tocante às precauções contra o coronavírus, Covid-19, informando e garantindo prontamente a execução de providências que venham a ser determinadas;

02. Proceder à disponibilização de material de higienização adequado aos idosos residentes nas Instituições de Longa Permanência, tais como sabão líquido, gel alcoólico, saboneteira (para o gel e para o sabão líquido) e toalhas de papel;

03. Acionar os serviços de saúde, com urgência, via notificação, caso haja a constatação, pelos profissionais de saúde da Casa de Acolhimento, da existência de pessoa idosa residente na ILPI que apresente sintoma sugestivo de coronavírus, Covid-19;

04. SUSPENDER pontualmente a realização de visitação na Instituição de Longa Permanência, na imprescindível constatação, pelo profissional de saúde, de visitante que eventualmente apresente sintoma sugestivo de coronavírus, Covid-19, registrando-se no livro de ocorrência e ressalvando a estrita necessidade, para fins de preservação da incolumidade física dos idosos residentes;

05. Elaborar, com urgência, um Plano Interno de Trabalho, a ser disponibilizado aos profissionais da Instituição de Longa Permanência, com orientações gerais acerca das precauções que devem ser adotadas com a finalidade de reduzir o risco geral de contrair ou transmitir infecções respiratórias agudas, incluindo o coronavírus, Covid-19.

06. Observar as recomendações publicadas pelo Centro Internacional de Longevidade, intitulada sob o nome “Diretrizes para Instituições para Pessoas Idosas em um contexto de Infecção pelo Covid-19 (Coronavirus 1)”, disponibilizadas no seguinte link: <https://www.facebook.com/ilcBR/photos/pb.158604087667509.2207520000..1330627790465127/?type=3&theater>

07. Em caso de suspeitas de sintomas - febre de 37,5° ou mais, fraqueza severa ou falta de ar - a pessoa idosa deve ser imediatamente isolada, devendo os profissionais de saúde entrar imediatamente em contato com o Centro de Saúde mais próximo e seguir as instruções;

08. Na hipótese de as autoridades de saúde exigirem que o paciente vá a uma instituição médica designada para tratamento, pública ou particular, seguir suas instruções imediatamente. Tentar evitar o transporte público. O paciente e a equipe acompanhante devem sempre usar uma máscara. Após a transferência para uma instituição de saúde, limpar e desinfetar completamente a área onde o(a) residente permaneceu.

III. aos PRESIDENTES/DIRETORES DO CARCA, ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA CATEQUISTA DO SAGRADO CORAÇÃO, CCI – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, APAE E ACAIVI, com fundamento no Ofício Circular n.º 001/2020/CMAS, para que suspendam imediatamente as atividades devido à epidemia de Coronavírus (CONAVID-19).

Publique-se no DOMP e encaminhe-se cópia da presente recomendação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde, ao Presidente da Câmara Municipal do Município, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ao Presidente da OAB desta seccional, ao Diretor do Hospital Municipal de Ivinhema, ao Diretor do Estabelecimento de Ensino Instituto Nova Geração, aos Presidentes/Diretores do CARCA, Associação Missionária Catequese Sagrado Coração, CCI – Centro de Convivência do Idoso, APAE e ACAIVI, bem como ao Presidente do Lar São Francisco de Assis.

Ivinhema/MS, 18 de março de 2020.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

⁵ CNPJ/MF n.º 24.630.931/0001-3, Endereço: Rua Miguel Marqueti, n.º 208, Bairro Itapoã, CEP 79740-000, Ivinhema/MS

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000161-8.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Empresa Energética Santa Helena S/A.

Assunto: apurar o dano ambiental causado em virtude de incêndio provocado na Fazenda Santa Edwirges, espalhando-se para as áreas de preservação permanente das Fazendas Figueira e Merém.

Nova Andradina, 11 de março de 2020.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000221-7.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Jorge Pereira Sekine.

Assunto: apurar ato de improbidade administrativa consistente em subtração de combustível pertencente ao Município de Nova Andradina/MS por servidor público municipal.

Nova Andradina, 11 de março de 2020.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 004/2020/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000364-9.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Agropecuária Memória LTDA.

Assunto: "Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 8,64 hectares de vegetação nativa na Fazenda Memória (CAR-MS 0006962), no Município de Sidrolândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 370/19/Nugeo e Parecer n.º 10/20/Nugeo - Programa DNA Ambiental (2016 – 2017)".

Sidrolândia/MS, 18 de março de 2020.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 005/2020/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000368-2.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Piana.

Assunto: "Apurar a regularidade ambiental e de operação da Fazenda/Balneário/Hotel Piana neste município de Sidrolândia/MS".

Sidrolândia/MS, 19 de março de 2020.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 006/2020/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000370-5.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Tânia Regina Alves de Sousa, Cátia Sueli de Sousa, Jânio Alves de Sousa (Proprietários Fazenda Buritizinho) e Telso Alves Barbosa (Proprietário Fazenda Estância Boa Esperança).

Assunto: "Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 16,91 hectares em área de Reserva Legal e área Remanescente de Vegetação Nativa na Fazenda Estância Boa Esperança (CARMS 0009690) e 4,28 hectares na Fazenda Buritizinho (CARMS 0072641), no Município de Sidrolândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 265/19/Nugeo (fls. 01/07) e Parecer n.º 05/20/Nugeo (fls. 66/71) - Programa DNA Ambiental (2016 – 2017)".

Sidrolândia/MS, 19 de março de 2020.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0007/2020/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001406-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001406-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cristiano Rodrigues de Souza Filho

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no imóvel denominado Fazenda Poder de Deus, situada no Município de Pedro Gomes e referida no parecer n. 46/17/Nugeo.

Pedro Gomes/MS, 18 de março de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação

EDITAL Nº 0008/2020/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001234-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001234-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CAODH - CAO Direitos Humanos

Requerido: Prefeitura Municipal de Pedro Gomes

Assunto: acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Pedro Gomes-MS para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019-nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03.02.2020.

Pedro Gomes/MS, 18 de março de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação